**PROJETO DE LEI N° 022, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016.**

***“ DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS ”***

## CAPITULO I

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Art. 1**.º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, no art. 4º Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000 e no art. 65, § 2º da Lei Orgânica do Municipal, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do município, relativas ao exercício de 2017, compreendendo:

I - as metas e riscos fiscais;

II – as prioridades e metas extraídas do Plano Plurianual para 2014/2017;

III - a organização e estrutura do orçamento;

IV - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições gerais.

##### CAPÍTULO II

##### DAS METAS E RISCOS FISCAIS

**Art. 2°** As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, de que trata o art. 4° da Lei de Responsabilidade Fiscal 101/2000, são as identificadas no ***ANEXO I*,** composto dos seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo das metas fiscais anuais art. 4º, § 1º, da LC nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

II - Demonstrativo de avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ano de 2015;

III - Demonstrativo das metas fiscais previstas para 2017, 2018 e 2019, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2014, 2015 e 2016;

IV - Demonstrativo da evolução do patrimônio líquido, art. 4º, § 2º, inciso III, Lei Complementar nº 101/2000;

V - Demonstrativo da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, art. 4º, § 2º, inciso III, Lei Complementar nº 101/2000;

VI - Demonstrativo da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, art. 4º, § 2º, inciso IV, Lei Complementar nº 101/2000;

VII - Demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita, art. 4º, § 2º, inciso V, Lei Complementar nº 101/2000;

VIII – Demonstrativo da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, art. 4º, § 2º, inciso V, Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º A elaboração do Projeto de Lei e a execução da Lei de Orçamento Anual para 2017 deverão ser compatíveis com a obtenção das metas de resultado primário e resultado nominal estabelecidas no ***Anexo I*** que integra esta Lei.

§ 2º Proceder-se-á adequação das metas fiscais previstas se, durante o período decorrido entre a apresentação dessa Lei e a elaboração da proposta orçamentária para o próximo exercício, surgirem novas demandas ou alterações na legislação e no cenário econômico que impliquem a revisão das metas fiscais, hipótese em que os Demonstrativos previstos nos incisos I e III deste artigo serão atualizados e encaminhados com a proposta orçamentária para o exercício de 2017.

§ 3º Na execução do orçamento de 2017, a meta fiscal de resultado primário poderá ser reduzida até o montante do excesso que for apurado no exercício de 2016 a partir da meta estabelecida na Lei das Diretrizes Orçamentárias para aquele exercício.

§ 4º O cálculo do excesso da meta a que se refere o parágrafo anterior será demonstrado na primeira audiência pública de que trata o art. 19 desta Lei.

**Art. 3º** Estão discriminados, no **Anexo II**, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações presentes, cuja existência é confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º Caso os riscos fiscais se concretizem, os mesmos serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, também serão indicados, o excesso de arrecadação e o superavit financeiro do exercício de 2016, se houver, obedecido à fonte de recursos correspondente.

§ 3º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não comprometidos.

***CAPÍTULO III***

**DAS PRIORIDADES E METAS EXTRAÍDAS DO PLANO PLURIANUAL**

**Art. 4º** As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2017 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2014/2017, especificadas no **Anexo III**, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1º Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo, a lei orçamentária, atualizá-los.

§ 2º A programação da despesa na Lei de Orçamento Anual para o exercício financeiro de 2017 observará o atendimento das metas fiscais estabelecidas e atenderá às prioridades e metas estabelecidas no Anexo de que trata o ***caput*** deste artigo e aos seguintes objetivos básicos das ações de caráter continuado:

I - provisão dos gastos com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo e do Poder Legislativo;

II - compromissos relativos ao serviço da dívida pública;

III - despesas indispensáveis ao custeio e manutenção da administração municipal; e

IV - despesas com conservação e manutenção do patrimônio público, evidenciados no Anexo IV desta Lei.

§ 3º Proceder-se-á adequação das metas e prioridades de que trata o ***caput***deste artigo, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2017 surgirem novas demandas e/ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 4º Na hipótese prevista no §2º, o Anexo de Metas e Prioridades, devidamente atualizado, será encaminhado com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

# *CAPÍTULO IV*

## DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

**Art. 5º** Para efeito desta Lei entende-se por:

I - ***Programa***: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II - ***Atividade***: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - ***Projeto***: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a *expansão* ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - ***Operação Especial***: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - ***Unidade Orçamentária***: o menor nível da classificação institucional;

VI - ***Órgão Orçamentário***: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 1º Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999.

§ 3º A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art.14 da Lei Federal nº 4320 de 1964.

**Art. 6o** Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

Parágrafo único: As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas, obrigatoriamente, por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

**Art. 7º** Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elemento de despesa, na forma do art. 15, § 1º Lei 4.320/1964.

**Art. 8º** O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado à Câmara Municipal, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 Constituição Federal, no art. 66 Lei Orgânica Municipal e no art. 2º, Lei n.º 4.320/1964, e será composto de:

I - texto da Lei;

II - consolidação dos quadros orçamentários;

§ 1º Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, Lei nº 4.320/1964, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II - demonstrativo da evolução da receita, por fontes de arrecadação, em atendimento ao disposto art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, art. 5º, inciso II, Lei Complementar nº 101/2000;

IV - demonstrativo das receitas por fontes e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, art. 165, § 5º, inciso III, Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais, que obedecerá ao disposto no inciso I do § 2º do art. 2º Lei nº 4.320/1964;

VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, Lei Complementar nº 101/2000;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, artigos 19 e 20 Lei Complementar nº 101/2000;

VIII - demonstrativo da previsão de aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, artigo 212 Constituição Federal e dos artigos 70 e 71 Lei 9.394/1996;

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em ações e serviços públicos de saúde, conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

X - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo de despesa para a Câmara Municipal, artigo 29-A da Constituição Federal, de acordo com a metodologia prevista no § 2º do art. 13 desta Lei.

**Art. 9º** A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto do desempenho financeiro do Município e projeções para o exercício a que se refere à proposta, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 Lei 4.320/1964;

IV - memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no exercício de 2016 e a previsão para o exercício de 2017;

VI - relação dos precatórios a serem cumpridas com as dotações para tal fim, constantes na proposta orçamentária, com a indicação da origem e dos números do processo judicial e do precatório, das datas do trânsito em julgado da sentença e da expedição do precatório, do nome do beneficiário e do valor de cada precatório a ser pago, art. 100 da Constituição Federal.

***CAPÍTUL*O *V***

**DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO**

## DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

***Seção I***

**Das Diretrizes Gerais**

**Art. 10** Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão a programação do Poder Legislativo e do Poder Executivo, nestes abrangidos seus respectivos fundos, bem como órgãos e entidades da Administração Direta.

**Art. 11** O Orçamento para o exercício de 2017 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma das etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no parágrafo único art. 48 Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência pública a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º É facultado à Câmara Municipal organizar audiência pública para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

**Art. 12** Os Fundos Municipais terão suas Receitas especificadas no Orçamento da Receita, e estas, por sua vez, vinculadas a Despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.

§ 1º A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, ser delegada a Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas, também, em balancetes apartados das contas do Município.

**Art. 13** Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2017.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2017, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins de cálculo do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

**Art. 14** A lei orçamentária conterá reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I – cobertura de créditos adicionais;

II – atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

§ 1º A reserva de contingência, de que trata o inciso I do *caput,* será fixada em, no mínimo, 0,2% da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que a reserva de contingência de que trata o inciso I do *caput* não precisará ser utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do poder Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei nº 4320/1964.

§ 3º A Reserva de Contingência do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superavit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

**Art. 15**. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar no 101, de 2000, somente serão incluídas novas ações na Lei Orçamentária de 2015 se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contemplados:

a) as despesas para conservação do patrimônio público constantes do **Anexo IV** desta Lei;

b) as ações relativas ao custeio administrativo e operacional da Administração Pública Municipal; e

c) os projetos em andamento;

II - os recursos alocados, no caso dos projetos, viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa; e

III - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual para o período 2014-2017.

Parágrafo único: O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 16** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, Lei Complementar nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, Lei Complementar nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2017, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de as de junho de 1993, conforme o caso.

§ 2º No caso de despesas com pessoal, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, no exercício de 2017 em cada evento, não exceda a 20 (vinte) vezes o menor padrão de vencimentos.

**Art. 17** A compensação de que trata o art. 17, § 2°, Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no Demonstrativo de que trata o art. 2º, IX, dessa Lei, observados o limite das respectivas dotações e o limite de gastos estabelecidos Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 18** Enquanto o Município não dispuser de um Sistema de Informação de Custos na forma estabelecida pela Norma Brasileira de Contabilidade – NBC T 16.11, aprovada pela Resolução nº 1.366, de 25 de novembro de 2011, do Conselho Federal de Contabilidade, o controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3o, da Lei Complementar nº 101/2000, deverá, no mínimo, evidenciar, em relatórios os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

I - dos programas e das ações previsto no Plano Plurianual;

II - do m² das construções e do m² das pavimentações;

III - do custo aluno/ano do ensino fundamental, do transporte escolar, do ensino infantil e da merenda escolar;

IV - do custo da destinação final da tonelada de lixo;

V - do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

**Parágrafo Único**. Os gastos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as despesas liquidadas e as metas físicas previstas confrontadas com as realizadas e apuradas ao final do exercício.

**Art. 19** As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2º, serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

## Seção II

**Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social**

**Art. 20.** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I - do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 141 de 13 de janeiro de 2012;

II - das contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III - do Orçamento Fiscal;

IV - das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no caput deste artigo.

§ 1º As receitas de que trata os incisos I, II e IV deste artigo deverão ser classificadas como receitas da seguridade social;

§ 2º O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 8º, § 1º, inciso IV, desta Lei.

## Seção III

**Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira**

**Art. 21** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, inclusive o Poder Legislativo, considerando, nestas, eventuais deficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

**Art. 22** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – Contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II – Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

III – Dotação para combustíveis destinada à frota de veículos dos setores de transportes, obras, serviços públicos e agricultura;

IV – Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V – Diárias de viagem;

VI – Horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho as despesas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, precatórios judiciais e de obrigações constitucionais e legais.

§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar o ajuste processado, que será discriminado por órgão.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9.º, § 1.º, Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, art. 65, Lei Complementar nº 101/2000.

**Art. 23** Os projetos e atividades previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, com dotações vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

Parágrafo único. Na Lei Orçamentária Anual, a Receita e a Despesa identificarão com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma que o controle da execução observe o disposto no caput deste artigo.

**Art. 24** A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

§ 2º A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2017, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

**Art. 25** Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º art. 42 Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere, observado o disposto no § 1º do art. 24 desta Lei.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

***Seção IV***

**Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária**

**Art. 26** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, Lei 4.320/1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação art. 43, § 3º, Lei 4.320/1964, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais, art. 8º, parágrafo único, Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos suplementares e especiais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos sobre a execução das atividades, projetos, operações especiais, e respectivas metas.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, e a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superavit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superavit financeiro do exercício de 2016, por fonte de recursos;

II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2017;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV - saldo do superavit financeiro, por fonte de recursos.

**Art. 27** O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2017 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6º desta Lei.

Parágrafo Único: A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

**Art. 28** As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

***Seção V***

**Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas**

***Subseção I***

**Das Subvenções Sociais**

**Art. 29** A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos do art. 16 Lei nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

***Subseção II***

**Das contribuições Correntes e de Capital**

**Art. 30** A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I - estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2017; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Federal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

**Parágrafo único:** o disposto no caput deste artigo aplica-se aos casos de prorrogação ou renovação de convênio ou instrumento congênere ou aos casos em que, já havendo sido firmado o instrumento, devam as despesas decorrentes correr à conta de dotações consignadas na Lei Orçamentária de 2017.

**Art. 31** A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei anterior de que trata o art. 12, § 6º, Lei nº 4.320/1964.

***Subseção III***

**Dos Auxílios**

**Art. 32** A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, Lei 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no Plano Plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a capacitação de atletas;

VI - voltadas ao atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais;

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas reconhecidas pelo Poder Público como catadores de materiais recicláveis; e

VIII - voltadas ao atendimento de pessoas carentes em situação de risco social ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda.

Parágrafo único: no caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

***Subseção IV***

**Das Disposições Gerais**

**Art. 33** As determinações contidas nessa seção não se aplicam aos recursos alocados para programas habitacionais, conforme previsão em legislação específica, em ações voltadas a viabilizar o acesso à moradia, bem como na elevação de padrões habitacionais e de qualidade de vida de famílias de baixa renda que vive em localidades urbanas e rurais.

**Art. 34** A destinação de recursos de que tratam os artigos 29, 30, 31 e 32 não será permitida nos casos em que agente político do Poder Executivo ou Legislativo, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, seja integrante de seu quadro dirigente, salvo se a nomeação decorrer de imposição legal.

**Art. 35** É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma dos artigos 30, 31, 32 e 33, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis.

**Art. 36** A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos ou a pessoas físicas, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 Lei Complementar nº 101/2000, e observadas, no que couber, as disposições desta Seção.

§1º**.** Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas de que trata o ***caput*** somente poderá ocorrer por meio de subvenções, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§2º. As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o “caput” deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação “60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos” e no elemento de despesa “45 – Subvenções Econômicas”.

§ 3o No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida no caput será efetivada através dos programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

**Art. 37** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização do Poder Público com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**Art. 38** Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005.

**Art. 39** As transferências de recursos de que trata esta seção serão feitas preferencialmente por intermédio de instituições financeiras oficiais, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo acordo, convênio, ajuste ou instrumento congênere.

**Art. 40** Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios, de que trata esta seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I - movimentação mediante conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único: ato do prefeito poderá autorizar, mediante justificativa dos convenentes ou executores, o pagamento em espécie à fornecedores e prestadores de serviços, desde que identificados no recibo ou documento fiscal pertinente.

***Seção VI***

**Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos**

**Art. 41** No caso de concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas, esses ficam condicionados ao pagamento de juros não inferiores a 7 (sete) % ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo;

§ 2º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

##### CAPÍTULO VI

##### DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

**Art. 42** A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

**Art. 43** O projeto de Lei Orçamentária poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no art. 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

***CAPÍTULO VII***

## DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM

**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**

**Art. 44** No exercício de 2017, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, do Poder Executivo e Legislativo compreendido as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. O Poder Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias de 2017, relativo à pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2016, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o disposto no art. 47 desta Lei.

§ 2º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipal e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

**Art. 45** Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 07, de 13 de maio de 2015, do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

**Art. 46** Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

**Parágrafo único.** O Poder Legislativo observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante a publicação de ato da Mesa Diretora da Câmara Municipal.

**Art. 47** O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente,respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV - prover cargos em comissão e funções de confiança;

V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;

VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

§ 1º No caso dos incisos I, II, e III, além dos requisitos estabelecidos no *caput* deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos artigos 16 e 17 Lei Complementar nº 101/2000, o impacto orçamentário e financeiro decorrente, apresentando o efetivo acréscimo de despesas com pessoal.

§ 2º No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de seis meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

§ 3º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 4º Ficam dispensados da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

**Art. 48** Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I - as situações de emergência ou de calamidade pública;

II - as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III - a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

***CAPÍTULO VIII***

**DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 49** As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do Projeto de Lei Orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2017, especialmente sobre:

1. a) atualização da planta genérica de valores do Município;
2. b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
3. c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
4. d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
5. e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
6. f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
7. g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
8. h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;
9. i) demais incentivos e benefícios fiscais.

**Art. 50** Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 49, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

**Art. 51** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributário, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do seu impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, a elevação do montante de recursos recebidos pelo município, oriundos da elevação de alíquotas e/ou ampliação da base de cálculo de tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 157 e 158 da Constituição Federal.

§ 3º Não se sujeita às regras do §1º a simples homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente.

**Art. 52** Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

***CAPÍTULO IX***

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 53** Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

**Parágrafo único**. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

**Art. 54** Para fins de desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, saneamento, assistência social, agricultura, meio ambiente e outras áreas de relevante interesse público, o Poder Executivo poderá firmar convênios ou instrumentos congêneres com outras esferas de governo, sem ônus para o Município, ou com contrapartida, constituindo-se em projetos específicos na lei orçamentária.

**Art. 55** As emendas ao projeto de lei orçamentária para 2017 ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei do Plano Plurianual 2014/2017 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

a) pessoal e encargos sociais e

b) serviço da dívida.

§ 2º Também não serão admitidas as emendas que acarretem a alteração dos limites constitucionais previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde.

§ 3º As emendas ao projeto de lei de orçamento anual deverão preservar, ainda, a prioridade das dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais e outras despesas obrigatórias, assim entendidas aquelas com legislação ou norma específica; despesas financiadas com recursos vinculados e recursos para compor a contrapartida municipal de operações de crédito.

§ 4o Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2017, ficarem sem despesas correspondentes.

**Art. 56** Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

**Art. 57** Em consonância com o que dispõe o § 5.º do art. 166 da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 58** Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2016, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se da limitação prevista *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos vinculados, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e o efetivo ingresso de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

**Art. 59** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Presidente Lucena, 15 de setembro de 2016.

**REJANI MARIA WÜRZIUS STOFFEL**

Prefeita Municipal

# JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N° 022, DE 15 DE SETEMBRO DE 2016.

O Projeto de Lei n° 022/2016 tem como objetivo estabelecer as metas prioritárias e diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro 2017, atendendo ao disposto na Lei Orgânica Municipal no que diz respeito à receita e despesa pública do Município.

O referido Projeto é compatível com as previsões dispostas no Plano Plurianual, cabendo ressaltar, no entanto, que foram revisadas e atualizadas as projeções de receita e despesa à realidade econômica do momento.

A elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2017 estará diretamente vinculada a Lei de Diretrizes Orçamentárias, caso esse projeto venha a ser aprovado.

Outrossim, registra-se que o Projeto de Lei n° 022/2016 está adequado ao que prevê a Lei Complementar nº 101-2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal e às determinações da Constituição Federal.

Certa de podermos contar com a aprovação e com o bom senso dos ilustres Vereadores, encaminhamos o presente Projeto de Lei, para apreciação e votação.

**REJANI MARIA WÜRZIUS STOFFEL**

Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017  
**TABELA 01 – Parâmetros Utilizados nas Estimativas**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Execício** | **2014** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
| Inflação média anual (IPCA) | 6,41% | 10,67% | 7,40% | 6,00% | 5,44% | 5,00% |
| Variação real do PIB RS | -1,40% | -1,87% | -3,00% | 1,00% | 2,90% | 3,20% |
| Crescimento vegetativo folha e novos servidores | 9,13% | 6,54% | 3,05% | 6,50% | 5,00% | 5,00% |
| Crescimento autônomo de outros custeios | 9,29% | -1,93% | 0,65% | -4,00% | 0,50% | 0,50% |
| Esforço na arrecadação tributária | 6,61% | -6,13% | 1,55% | 2,50% | 2,00% | 2,00% |
| Crescimento das receitas transferidas | 4,89% | -2,21% | 6,02% | 3,00% | 2,00% | 2,00% |
| Percentual de aumento salarial | 0,59% | 0,00% | 2,96% | 1,00% | 1,00% | 1,00% |
| Crescimento dos investimentos | 3,31% | -52,82% | -3,50% | 18,12% | -24,44% | 29,98% |
| Taxa de Juros |  |  | 13,25% | 12,75% | 11,50% | 11,00% |
| PIB / RS (em R$ milhões) | 360.440 | 392.149 | 408.533 | 437.375 | 474.543 | 514.214 |
| PIB /PRESIDENTE LUCENA (em R$) | 76.356.000 | 83.073.385 | 86.544.191 | 92.654.211 | 100.527.743 | 108.931.863 |

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as fontes de receitas e/ou grupo de natureza de despesa, conforme especificações das tabelas a seguir:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **Inflação** | **PIB** | **Esf. Arrec. Tribut.** | **Cresc.**  **Rec.**  **Transf.** | **Aum. Salarial** | **Taxa de Juros** |
| Receitas Tributárias | **x** | **x** | **x** |  |  |  |
| Receitas de Contribuições – PM | **x** | **x** |  |  |  |  |
| Receitas de Contribuições – RPPS | **x** |  |  |  | **x** |  |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | **x** |  |  |  |  |  |
| Rendimentos de Aplicações – PM | **x** |  |  |  |  |  |
| Rendimentos de Aplicações – RPPS | **x** |  |  |  |  |  |
| Outras Receitas Patrimoniais | **x** | **x** |  |  |  |  |
| Receitas Agropecuárias | **x** | **x** |  |  |  |  |
| Receitas Industriais | **x** | **x** |  |  |  |  |
| Receitas de Serviços | **x** |  |  |  |  |  |
| Transferências Correntes | **x** | **x** |  | **x** |  |  |
| Outras Receitas Correntes – PM | **x** | **x** |  |  |  |  |
| Outras Receitas Correntes – RPPS Operações de Crédito | **x x** |  |  |  |  |  |
| Alienação de Bens Amortização de Empréstimos |
| Transferências de Capital | **x** | **x** |  |  |  |  |
| Outras Receitas de Capital | **x** |  |  |  |  |  |
| Receitas Intra Orçamentárias – RPPS | **x** |  |  |  |  |  |
| Deduções da Receita | **x** | **x** |  | **x** |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **ESPECIFICAÇÃO** | **Inflação** | **Cresc. Veget. Folha** | **Cresc. Desp. Custeio** | **Aument. Salarial** | **Cresc. Invest.** | **Taxa de Juros** |
| Pessoal Próprio | **x** | **x** |  | **x** |  |  |
| Pessoal do RPPS | **x** | **x** |  | **x** |  |  |
| Juros e Encargos da Dívida | **x** |  |  |  |  | **x** |
| Juros e Encargos da Dívida – RPPS | **x** |  |  |  |  | **x** |
| Outras Despesas Correntes | **x** |  | **x** |  |  |  |
| Outras Despesas Correntes – RPPS | **x** |  | **x** |  |  |  |
| Investimentos | **x** |  |  |  | **x** |  |
| Investimentos – RPPS | **x** |  |  |  | **x** |  |
| Concessão de Empréstimos e Financ. | **x** |  |  |  |  |  |
| Outras Inversões Financeiras | **x** |  |  |  |  |  |
| Amortização da Dívida Pública | **x** |  |  |  |  | **x** |

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2017

**TABELA 02 – Demonstrativo da Evolução da Dívida e Resultado Nominal**

***Valores em R$***

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Exercício** | **2014 Saldo** | **2015 Saldo** | **2016 Reestimativa** | **2017 Previsão** | **2018 Previsão** | **2019 Previsão** |
| **Dívida Consolidada** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Dívida Consolidada Líquida** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **Resultado Nominal** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

**Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida *Valores em R$***

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Operações de Crédito / Pagamentos** | **2014 Realizado** | **2015 Realizado** | **2016 Reestimativa** | **2017 Previsão** | **2018 Previsão** | **2019 Previsão** |
| **2.1 - Operações de Crédito** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **2.2 Encargos** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| **2.3 Amortizações** | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 2.2.3 Dívida Mobiliária |  |  |  |  |  |  |

Obs.: O Município não possui dívida.

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
PROJEÇÕES DE DESEMPENHO ANUAL DAS RECEITAS E DESPESAS**

LRF, art. 12 ***Valores em R$ 1,00***

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CÓDIGOS** | **CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS** | **REALIZADO 2013** | **REALIZADO 2014** | **REALIZADO 2015** | **REESTIMADO 2016** | **PROJETADO 2017** | **PROJETADO 2018** | **PROJETADO 2019** |
| **1.0.0.0.00.00.00.00** | **RECEITAS CORRENTES** | **11.567.866,95** | **12.909.347,63** | **13.983.896,61** | **15.417.400,00** | **17.145.400,00** | **19.279.100,00** | **21.796.300,00** |
| 1.1.0.0.00.00.00.00 | RECEITA TRIBUTARIA | 722.317,38 | 806.261,69 | 827.759,98 | 877.000,00 | 962.500,00 | 1.065.100,00 | 1.177.200,00 |
| 1.2.0.0.00.00.00.00 | RECEITA DE CONTRIBUICOES | 279.077,45 | 357.585,57 | 451.517,00 | 495.000,00 | 555.900,00 | 617.300,00 | 683.100,00 |
| 1.2.0.0.00.00.00.00 | Receitas de Contribuições - P M | 59.676,93 | 70.361,84 | 113.587,09 | 120.000,00 | 128.400,00 | 139.300,00 | 150.900,00 |
| 1.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0 | Receita de Contribuições - R P P S | 219.400,52 | 287.223,73 | 337.929,91 | 375.000,00 | 427.500,00 | 478.000,00 | 532.200,00 |
| 1.3.0.0.00.00.00.00 | RECEITA PATRIMONIAL | 104.160,21 | 282.645,94 | 446.752,53 | 586.400,00 | 804.800,00 | 1.217.800,00 | 1.860.200,00 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00 | Rendimentos de Aplicações Financeiras | 96.960,21 | 279.930,94 | 428.518,39 | 574.400,00 | 792.000,00 | 1.204.000,00 | 1.845.300,00 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00 | Rendimentos de Aplicações - PM | 88.766,64 | 178.781,15 | 158.726,55 | 134.400,00 | 92.000,00 | 97.000,00 | 101.800,00 |
| 1.3.2.0.00.00.00.00 | Rendimentos de Aplicações – RPPS | 8.193,57 | 101.149,79 | 269.791,84 | 440.000,00 | 700.000,00 | 1.107.000,00 | 1.743.500,00 |
| 1.3.9.0.00.00.00.00 | Outras Receitas Patrimoniais | 7.200,00 | 2.715,00 | 18.234,14 | 12.000,00 | 12.800,00 | 13.800,00 | 14.900,00 |
| 1.4.0.0.00.00.00.00 | RECEITA AGROPECUARIA | - | - | - | - | - | - | - |
| 1.5.0.0.00.00.00.00 | RECEITA INDUSTRIAL | - | - | - | - | - | - | - |
| 1.6.0.0.00.00.00.00 | RECEITA DE SERVICOS | 385.752,96 | 398.756,42 | 427.354,29 | 427.000,00 | 452.600,00 | 477.200,00 | 501.000,00 |
| 1.7.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERENCIAS CORRENTES | 10.050.721,59 | 11.045.845,81 | 11.772.938,32 | 13.000.000,00 | 14.335.400,00 | 15.864.600,00 | 17.534.600,00 |
| 1.9.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS CORRENTES | 25.837,36 | 18.252,20 | 57.574,49 | 32.000,00 | 34.200,00 | 37.100,00 | 40.200,00 |
| 1.9.0.0.00.00.00.00 | Outras Receitas Correntes - P M | 25.837,36 | 18.252,20 | 57.574,49 | 32.000,00 | 34.200,00 | 37.100,00 | 40.200,00 |
| 1.9.0.0.00.00.00.00 | Outras Receitas Correntes - R P P S | - | - | - | - | - | - | - |
| **2.0.0.0.00.00.00.00** | **RECEITAS DE CAPITAL** | **1.166.661,99** | **788.730,62** | **1.073.010,20** | **1.244.993,20** | **570.000,00** | **200.000,00** | **200.000,00** |
| 2.1.0.0.00.00.00.00 | OPERACOES DE CREDITO | - | - | - | - | - | - | - |
| 2.2.0.0.00.00.00.00 | ALIENACAO DE BENS | - | - | 39.260,00 | - |  |  |  |
| 2.3.0.0.00.00.00.00 | AMORTIZACAO DE EMPRESTIMOS | - | - | - | - | - | - | - |
| 2.4.0.0.00.00.00.00 | TRANSFERENCIAS DE CAPITAL | 1.166.661,99 | 788.730,62 | 1.033.750,20 | 1.244.993,20 | 570.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 |
| 2.5.0.0.00.00.00.00 | OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL | - | - | - | - | - | - | - |
| **7.2.1.0.00.00.00.00** | **RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS – R P P S** | **333.885,31** | **460.655,91** | **549.215,65** | **696.500,00** | **794.000,00** | **887.800,00** | **988.500,00** |
| **9.7.0.0.00.00.00.00** | **DEDUÇÕES DA RECEITA \*** | **(1.609.466,12)** | **(1.773.588,93)** | **(1.897.710,79)** | **(2.054.000,00)** | **(2.362.400,00)** | **(2.627.100,00)** | **(2.910.700,00)** |
|  | **TOTAL DA RECEITA** | **11.458.948,13** | **12.385.145,23** | **13.708.411,67** | **15.304.893,20** | **16.147.000,00** | **17.739.800,00** | **20.074.100,00** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CÓDIGOS** | **CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS** | **LIQUIDADO 2013** | **LIQUIDADO 2014** | **LIQUIDADO 2015** | **REESTIMADO 2016** | **PROJETADO 2017** | **PROJETADO 2018** | **PROJETADO 2019** |
| **3.0.00.00.00.00.00** | **DESPESAS CORRENTES** | **8.662.176,78** | **10.039.449,70** | **11.309.115,02** | **12.510.700,00** | **13.480.300,00** | **14.691.400,00** | **15.964.900,00** |
| 3.1.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | 3.989.004,02 | 4.632.391,09 | 5.429.520,04 | 6.157.700,00 | 7.015.500,00 | 7.841.000,00 | 8.736.100,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00 | Pessoal Próprio | 3.918.875,11 | 4.534.436,19 | 5.252.094,21 | 5.977.700,00 | 6.815.500,00 | 7.621.000,00 | 8.486.100,00 |
| 3.1.00.00.00.00.00 | Pessoal do R P P S | 70.128,91 | 97.954,90 | 177.425,83 | 180.000,00 | 200.000,00 | 220.000,00 | 250.000,00 |
| 3.2.00.00.00.00.00 | JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA | - | - | - | - | - | - | - |
| 3.3.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | 4.673.172,76 | 5.407.058,61 | 5.879.594,98 | 6.353.000,00 | 6.464.800,00 | 6.850.400,00 | 7.228.800,00 |
| 3.3.00.00.00.00.00 | Outras Despesas Correntes **\*** | 4.667.597,76 | 5.399.466,11 | 5.870.753,38 | 6.333.500,00 | 6.445.000,00 | 6.829.500,00 | 7.206.800,00 |
| 3.3.00.00.00.00.00 | Outras Despesas Corrente RPPS | 5.575,00 | 7.592,50 | 8.841,60 | 19.500,00 | 19.800,00 | 20.900,00 | 22.000,00 |
| **4.0.00.00.00.00.00** | **DESPESAS DE CAPITAL** | **1.221.513,50** | **1.323.196,54** | **740.629,29** | **747.300,00** | **935.000,00** | **784.500,00** | **1.084.000,00** |
| 4.4.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | 1.221.513,50 | 1.323.196,54 | 740.629,29 | 747.300,00 | 935.000,00 | 784.500,00 | 1.084.000,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00 | Investimentos | 1.221.513,50 | 1.323.196,54 | 740.629,29 | 747.300,00 | 935.000,00 | 784.500,00 | 1.084.000,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00 | Investimentos RPPS | - | - | - | - |  |  |  |
| 4.5.00.00.00.00.00 | INVERSÕES FINANCEIRAS | - | - | - | - | - | - | - |
| 4.6.00.00.00.00.00 | AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA | - | - | - | - |  |  |  |
| **9.0.00.00.00.00.00** | **RESERVA DE CONTINGÊNCIA** |  |  |  | **27.000,00** | **30.000,00** | **32.000,00** | **33.000,00** |
| **7.7.99.99.99.99.99** | **RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS** |  |  |  | **1.312.000,00** | **1.701.700,00** | **2.231.900,00** | **2.992.200,00** |
|  | **TOTAL DA DESPESA** | **9.883.690,28** | **11.362.646,24** | **12.049.744,31** | **14.597.000,00** | **16.147.000,00** | **17.739.800,00** | **20.074.100,00** |

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS  
PROJEÇÃO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
EXERCÍCIO DE 2017

LRF, art. 12, § 3º Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **RECEITA CORRENTE LÍQUIDA** | **2015** | **2016** | **2017** | **2018** | **2019** |
| **Receitas Correntes** | **13.983.896,61** | **15.417.400,00** | **17.145.400,00** | **19.279.100,00** | **21.796.300,00** |
| Receita Tributária | 827.759,98 | 877.000,00 | 962.500,00 | 1.065.100,00 | 1.177.200,00 |
| Receita de Contribuições | 451.517,00 | 495.000,00 | 555.900,00 | 617.300,00 | 683.100,00 |
| Receita Patrimonial | 446.752,53 | 586.400,00 | 804.800,00 | 1.217.800,00 | 1.860.200,00 |
| Receita de Serviços | 427.354,29 | 427.000,00 | 452.600,00 | 477.200,00 | 501.000,00 |
| Transferências Correntes | 11.772.938,32 | 13.000.000,00 | 14.335.400,00 | 15.864.600,00 | 17.534.600,00 |
| Outras Receitas Correntes | 57.574,49 | 32.000,00 | 34.200,00 | 37.100,00 | 40.200,00 |
| **Deduções** | **(2.235.640,70)** | **(2.429.000,00)** | **(2.789.900,00)** | **(3.105.100,00)** | **(3.442.900,00)** |
| Dedução FUNDEB | (1.897.710,79) | (2.054.000,00) | (2.362.400,00) | (2.627.100,00) | (2.910.700,00) |
| Contr. Social dos Servidores | (337.929,91) | (375.000,00) | (427.500,00) | (478.000,00) | (532.200,00) |
| **TOTAL** | **11.748.255,91** | **12.988.400,00** | **14.355.500,00** | **16.174.000,00** | **18.353.400,00** |

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS**EXERCÍCIO DE 2017

LRF, art. 4º, § 1 R$ 1,00

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ESPECIFICAÇÃO | 2017 | | | | 2018 | | | | 2019 | | | |
| Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a / PIB) x 100 | % RCL (a /RCL) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) x 100 | % RCL (a /RCL) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 | % RCL (a /RCL) x 100 |
| Receita Total | 16.147.000 | 15.233.019 | 17,427% | 112,48% | 17.739.800 | 15.872.212 | 17,647% | 109,68% | 20.074.100 | 17.105.490 | 18,428% | 109,38% |
| Receitas Primárias (I) | 15.355.000 | 14.485.849 | 16,572% | 106,96% | 16.535.800 | 14.794.965 | 16,449% | 102,24% | 18.228.800 | 15.533.078 | 16,734% | 99,32% |
| Despesa Total | 16.147.000 | 15.233.019 | 17,427% | 112,48% | 17.739.800 | 15.872.212 | 17,647% | 109,68% | 20.074.100 | 17.105.490 | 18,428% | 109,38% |
| Despesas Primárias (II) | 16.147.000 | 15.233.019 | 17,427% | 112,48% | 17.739.800 | 15.872.212 | 17,647% | 109,68% | 20.074.100 | 17.105.490 | 18,428% | 109,38% |
| Resultado Primário (I – II) | (792.000) | (747.170) | -0,855% | -5,52% | (1.204.000) | (1.077.247) | -1,198% | -7,44% | (1.845.300) | (1.572.412) | -1,694% | -10,05% |
| Resultado Nominal | - | - | 0,000% | 0,00% | - | - | 0,000% | 0,00% | - | - | 0,000% | 0,00% |
| Dívida Pública Consolidada | - | - | 0,000% | 0,00% | - | - | 0,000% | 0,00% | - | - | 0,000% | 0,00% |
| Dívida Consolidada Líquida | - | - | 0,000% | 0,00% | - | - | 0,000% | 0,00% | - | - | 0,000% | 0,00% |

Obs.: 1- No demonstrativo foi utilizado o PIB de Presidente Lucena, estimado com base no crescimento do PIB do Estado.

2- A Meta do Resultado Primário é negativa pois o Município não tem dívida, assim, não há necessidade de gerar resultado para pagar juros, encargos e amortização de dívida.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)**EXERCÍCIO DE 2017

LRF, art. 4º, § 1 R$ 1,00

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ESPECIFICAÇÃO | 2017 | | | | 2018 | | | | 2019 | | | |
| Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a / PIB) x 100 | % RCL (a /RCL) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) x 100 | % RCL (a /RCL) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 | % RCL (a /RCL) x 100 |
| Receita Total | 14.225.500 | 13.420.283 | 15,353% | 99,09% | 15.267.000 | 13.659.740 | 15,187% | 94,39% | 16.809.900 | 14.324.008 | 15,432% | 91,59% |
| Receitas Primárias (I) | 14.133.500 | 13.333.491 | 15,254% | 98,45% | 15.170.000 | 13.572.952 | 15,090% | 93,79% | 16.708.100 | 14.237.263 | 15,338% | 91,04% |
| Despesa Total | 14.225.500 | 13.420.283 | 15,353% | 99,09% | 15.267.000 | 13.659.740 | 15,187% | 94,39% | 16.809.900 | 14.324.008 | 15,432% | 91,59% |
| Despesas Primárias (II) | 14.225.500 | 13.420.283 | 15,353% | 99,09% | 15.267.000 | 13.659.740 | 15,187% | 94,39% | 16.809.900 | 14.324.008 | 15,432% | 91,59% |
| Resultado Primário (I – II) | (92.000) | (86.792) | -0,099% | -0,64% | (97.000) | (86.788) | -0,096% | -0,60% | (101.800) | (86.746) | -0,093% | -0,55% |

Obs.: 1- No demonstrativo foi utilizado o PIB de Presidente Lucena, estimado com base no crescimento do PIB do Estado.

2- A Meta do Resultado Primário é negativa pois o Município não tem dívida, assim, não há necessidade de gerar resultado para pagar juros, encargos e amortização de dívida.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO DO PREGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**EXERCÍCIO DE 2017

LRF, art. 4º, § 1 R$ 1,00

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ESPECIFICAÇÃO | 2017 | | | | 2018 | | | | 2019 | | | |
| Valor Corrente (a) | Valor Constante | % PIB (a / PIB) x 100 | % RCL (a /RCL) x 100 | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) x 100 | % RCL (a /RCL) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 | % RCL (a /RCL) x 100 |
| Receita Total RPPS | 1.921.500 | 1.812.736 | 2,074% | 13,39% | 2.472.800 | 2.212.472 | 2,460% | 15,29% | 3.264.200 | 2.781.482 | 2,997% | 17,79% |
| Rec. Primárias RPPS (I) | 1.221.500 | 1.152.358 | 1,318% | 8,51% | 1.365.800 | 1.222.013 | 1,359% | 8,44% | 1.520.700 | 1.295.815 | 1,396% | 8,29% |
| Despesa Total RPPS | 1.921.500 | 1.812.736 | 2,074% | 13,39% | 2.472.800 | 2.212.472 | 2,460% | 15,29% | 3.264.200 | 2.781.482 | 2,997% | 17,79% |
| Desp. Primárias RPPS (II) | 1.921.500 | 1.812.736 | 2,074% | 13,39% | 2.472.800 | 2.212.472 | 2,460% | 15,29% | 3.264.200 | 2.781.482 | 2,997% | 17,79% |
| Res.Primário RPPS (I – II) | (700.000) | (660.377) | -0,755% | -4,88% | (1.107.000) | (990.459) | -1,101% | -6,84% | (1.743.500) | (1.485.667) | -1,601% | -9,50% |

Obs.: 1- No demonstrativo foi utilizado o PIB de Presidente Lucena, estimado com base no crescimento do PIB do Estado.

2- A Meta do Resultado Primário é negativa pois o Município não tem dívida, assim, não há necessidade de gerar resultado para pagar juros, encargos e amortização de dívida.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I – METAS FISCAIS

DEMOSTRATIVO DAS METAS ANUAIS

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

1. As receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
2. As despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido;
3. O resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias;
4. O resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
5. A dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
6. A dívida Consolidada Líquida – DCL corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros dos Restos a Pagar Processados;
7. As deduções (ativo disponível e haveres financeiros menos os restos a pagar processados), para efeito de apuração do resultado nominal e da dívida consolidada líquida, para os exercícios de 2017, 2018 e 2019 foram calculados utilizando-se os percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS

Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes do Anexo de Metas Fiscais são relacionados na Tabela 01. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Estes indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios e os valores reestimados para o exercício atual, além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, crescimento real das receitas tributárias e transferidas, dentre outros.

Em relação às despesas correntes foram considerados os parâmetros de inflação e crescimento real, quando cabível. Em relação aos investimentos, além da inflação se considerou a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no Anexo IV.

Ainda, em relação às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o efeito do crescimento vegetativo da folha salarial e de eventual aumento salarial, acima dos níveis inflacionários.

Os percentuais da Tabela 1 contemplam a expectativa de inflação e a projeção de crescimento real esperado das receitas municipais. As projeções de inflação e de crescimento do PIB seguem as perspectivas mensuradas pelo IPCA/IBGE, conforme consta dos prognósticos do Governo Federal e Estadual, formalizados pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias da União e do Estado para o exercício de 2017.

O cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal considerou a metodologia estabelecida pelo STN. Como o Município de Presidente Lucena não possui dívida pública o Resultado Nominal é nulo, além disso, não necessita gerar Resultado Primário Positivo. A inexistência de dívida está evidenciada na **Tabela 02.**

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**EXERCÍCIO DE 2017

LRF, art. 4º, §2º, inciso I R$ 1,00

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ESPECIFICAÇÃO | I – Metas Previstas em | % PIB | % RCL | II-Metas Realizadas em | % PIB | % RCL | Variação | |
| 2015 (a) | 2015 (b) | Valor (c)  = (b-a) | %  (c/a) |
| Receita Total | 13.448.000,00 | 16,19% | 114,47% | 13.708.411,67 | 16,50% | 116,68% | 260.411,67 | 1,94% |
| Receita Primárias | 13.165.000,00 | 15,85% | 112,06% | 13.240.633,28 | 15,94% | 112,70% | 75.633,28 | 0,57% |
| Despesa Total | 13.448.000,00 | 16,19% | 114,47% | 12.049.744,31 | 14,50% | 102,57% | (1.398.255,69) | -10,40% |
| Despesa Primárias | 13.448.000,00 | 16,19% | 114,47% | 12.049.744,31 | 14,50% | 102,57% | (1.398.255,69) | -10,40% |
| Resultado Primário (I–II) | (283.000,00) | -0,34% | -2,41% | 1.190.888,97 | 1,43% | 10,14% | 1.473.888,97 | -520,81% |
| Resultado Nominal | - | 0,00% |  | 0,00%  - | 0,00% |  | 0,00%  - | - |
| Dívida Pública Consolidada | - | 0,00% |  | 0,00%  - | 0,00% |  | 0,00%  - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | - | 0,00% |  | 0,00%  - | 0,00% |  | 0,00%  - | - |

Conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2015, o resultado primário ficou em R$ 1.190.888,97, valor superior à meta estabelecida na LDO, que era de (-) R$ 283.000,00. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) foicapaz de suportar o total das despesas primárias (não-financeiras) do exercício.

As receitas não-financeiras totalizaram R$ 13.240.633,28, 0,57% acima da projeção para o período. As despesas não-financeiras atingiram R$ 12.049.744,31, 10,40% abaixo da previsão orçamentária.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

EXERCÍCIO DE 2017

LRF, art.4º, §2º, inciso II R$ 1,00

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | |
| 2014 | 2015 | Variação % | 2016 | Variação % | 2017 | Variação % | 2018 | Variação% | 2019 | Variação % |
| Receita Total | 14.250.000 | 13.448.000 | -5,63% | 14.537.000 | 8,10% | 16.147.000 | 11,08% | 17.739.800 | 9,86% | 20.074.100 | 13,16% |
| Receitas Primárias (I) | 14.051.100 | 13.165.000 | -6,31% | 14.022.600 | 6,51% | 15.355.000 | 9,50% | 16.535.800 | 7,69% | 18.228.800 | 10,24% |
| Despesa Total | 14.250.000 | 13.448.000 | -5,63% | 14.537.000 | 8,10% | 16.147.000 | 11,08% | 17.739.800 | 9,86% | 20.074.100 | 13,16% |
| Despesas Primárias (II) | 14.250.000 | 13.448.000 | -5,63% | 14.537.000 | 8,10% | 16.147.000 | 11,08% | 17.739.800 | 9,86% | 20.074.100 | 13,16% |
| Resultado Primário (I – II) | (198.900) | (283.000) | 42,28% | (514.400) | 81,77% | (792.000) | 53,97% | (1.204.000) | 52,02% | (1.845.300) | 53,26% |
| Resultado Nominal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Pública Consolidada | - | - |  | -  - |  | -  - |  | -  - |  | -  - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | - | - |  | -  - |  | -  - |  | -  - |  | -  - | - |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | |
| 2014 | 2015 | Variação % | 2016 | Variação % | 2017 | Variação % | 2018 | Variação % | 2019 | Variação % |
| Receita Total | 16.781.362 | 14.882.902 | -11,31% | 15.612.738 | 4,90% | 15.233.019 | -2,43% | 15.872.212 | 4,20% | 17.105.490 | 7,77% |
| Receitas Primárias (I) | 16.547.130 | 14.569.706 | -11,95% | 15.518.811 | 6,51% | 14.485.849 | -6,66% | 14.794.965 | 2,13% | 15.533.078 | 4,99% |
| Despesa Total | 16.781.362 | 14.882.902 | -11,31% | 16.088.098 | 8,10% | 15.233.019 | -5,31% | 15.872.212 | 4,20% | 17.105.490 | 7,77% |
| Despesas Primárias (II) | 16.781.362 | 14.882.902 | -11,31% | 16.088.098 | 8,10% | 15.233.019 | -5,31% | 15.872.212 | 4,20% | 17.105.490 | 7,77% |
| Resultado Primário (I – II) | (234.232) | (313.196) | 33,71% | (569.286) | 81,77% | (747.170) | 31,25% | (1.077.247) | 44,18% | (1.572.412) | 45,97% |
| Resultado Nominal | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dívida Pública Consolidada | - | - |  | -  - |  | -  - |  | -  - |  | -  - | - |
| Dívida Consolidada Líquida | - | - |  | -  - |  | -  - |  | -  - |  | -  - | - |

Obs.:

1 -– Os valores relativos as previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2014, 2015 e 2016 foram extraídos das respectivas Leis de Orçamento;

2 – O Município de Presidente Lucena não possui dívida, assim apresenta Resultado Nominal nulo;

3 – Já em relação às previsões para os exercícios de 2017, 2018 e 2019, os valores, a metodologia e as premissas utilizadas são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I do Projeto de Lei de LDO.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – Consolidado**EXERCÍCIO DE 2017

LRF, art.4º, §2º, inciso III R$ 1,00

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2015 | % | 2014 | % | 2013 | % |
| Patrimônio/Capital | 10.198.090,17 | 50,03% | 7.199.009,82 | 70,59% | 3.956.217,03 | 54,96% |
| Reservas | - | 0,00% | - | 0,00% | - | 0,00% |
| Resultado Acumulado | 10.184.238,05 | 49,97% | 2.999.080,35 | 29,41% | 3.242.792,79 | 45,04% |
| **TOTAL** | 20.382.328,22 | 100,00% | 10.198.090,17 | 100,00% | 7.199.009,82 | 100,00% |

O presente demonstrativo visa apresentar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2013, 2014 e 2015), cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III da LRF.

A evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada no quadro acima, aponta que o saldo patrimonial aumentou de R$ 10.198.090,17, em 31.12.2014, para R$ 20.382.328,22, em 31.12.2015. É importante destacar que no exercício de 2015 foi realizada a reavaliação do Ativo Imobilizado e impactou positivamente R$ 9.374.128,93 no resultado.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS  
**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**EXERCÍCIO DE 2017

LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a” R$ 1,00

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **RECEITAS** | 2013 | 2014 | 2015 |
| **RECEITAS PREVID. - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)** | **227.594,09** | **417.068,28** | **607.721,75** |
| **RECEITAS CORRENTES** | **227.594,09** | **417.068,28** | **607.721,75** |
| Receita de Contribuições dos Segurados | 219.400,52 | 287.223,73 | 337.929,91 |
| Pessoal Civil | 219.400,52 | 287.223,73 | 337.929,91 |
| Pessoal Militar |  |  |  |
| Outras Receitas de Contribuições |  |  |  |
| Receita Patrimonial | 8.193,57 | 129.844,55 | 269.791,84 |
| Receita de Serviços |  |  |  |
| Outras Receitas Correntes | - | - | - |
| Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS | - | - | - |
| Outras Receitas Correntes |  |  |  |
| **RECEITAS DE CAPITAL** | **-** | **-** | **-** |
| Alienação de Bens, Direitos e Ativos |  |  |  |
| Amortização de Empréstimos |  |  |  |
| Outras Receitas de Capital |  |  |  |
| **(–) DEDUÇÕES DA RECEITA** |  |  |  |
| **RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)** | **333.885,31** | **460.655,91** | **549.215,65** |
| **RECEITAS CORRENTES** | **333.885,31** | **460.655,91** | **549.215,65** |
| Receita de Contribuições | 333.885,31 | 460.655,91 | 549.215,65 |
| Patronal | 271.058,00 | 354.850,53 | 417.496,12 |
| Pessoal Civil | 271.058,00 | 354.850,53 | 417.496,12 |
| Pessoal Militar | - | - | - |
| Cobertura de Déficit Atuarial | 62.827,31 | 105.805,38 | 131.719,53 |
| Regime de Débitos e Parcelamentos |  |  |  |
| Receita Patrimonial |  |  |  |
| Receita de Serviços |  |  |  |
| Outras Receitas Correntes |  |  |  |
| **RECEITAS DE CAPITAL** |  |  |  |
| **(–) DEDUÇÕES DA RECEITA** |  |  |  |
| **TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (III) = (I + II)** | **561.479,40** | **877.724,19** | **1.156.937,40** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DESPESAS** | 2013 | 2014 | 2015 |
| **DESPESAS PREVIDENC. - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENT.) (IV)** | **75.103,91** | **105.547,40** | **186.267,43** |
| **ADMINISTRAÇÃO** | **4.975,00** | **7.592,50** | **8.841,60** |
| Despesas Correntes | 4.975,00 | 7.592,50 | 8.841,60 |
| Despesas de Capital |  |  |  |
| **PREVIDÊNCIA** | **70.128,91** | **97.954,90** | **177.425,83** |
| Pessoal Civil | - | 17.136,20 | 39.973,97 |
| Pessoal Militar |  |  |  |
| Outras Despesas Previdenciárias | 70.128,91 | 80.818,70 | 137.451,86 |
| Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS |  |  |  |
| Demais Despesas Previdenciárias | 70.128,91 | 80.818,70 | 137.451,86 |
| **DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)** | **-** | **-** | **-** |
| **ADMINISTRAÇÃO** | **-** | **-** | **-** |
| Despesas Correntes | - | - | - |
| Despesas de Capital |  |  |  |
| **TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (VI) = (IV + V)** | **75.103,91** | **105.547,40** | **186.267,43** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III – VI)** | 486.375,49 | 772.176,79 | 970.669,97 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO** | 2013 | 2014 | 2015 |
| **DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR** |
| TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS Plano Financeiro  Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras  Recursos para Formação de Reserva  Outros Aportes para o RPPS Plano Previdenciário  Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro  Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial  Outros Aportes para o RPPS | - -  - | - -  - | - -  - |

Obs.: O RPPS em Presidente Lucena foi instituído no exercício de 2012.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS |  |  |  |
| BENS E DIREITOS DO RPPS | 860.538,00 | 1.629.788,54 | 2.602.132,85 |

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**Exercício de 2017

LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a” R$ 1,00

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Exercício | Receitas Previdenciárias | Despesas Previdenciárias | Resultado Previdenciário | Saldo Financeiro Do Exercício |
| 2015 | 1.932.011,49 | 186.201,09 | 1.745.810,40 | 2.602.132,92 |
| 2016 | 1.169.926,12 | 151.173,42 | 1.018.752,71 | 3.620.885,63 |
| 2017 | 1.492.390,26 | 153.289,84 | 1.339.100,42 | 4.959.986,05 |
| 2018 | 1.603.911,29 | 199.846,16 | 1.404.065,13 | 6.364.051,17 |
| 2019 | 1.719.953,16 | 247.676,01 | 1.472.277,16 | 7.836.328,33 |
| 2020 | 1.847.571,44 | 319.637,15 | 1.527.934,29 | 9.364.262,62 |
| 2021 | 1.993.257,27 | 439.866,38 | 1.553.390,90 | 10.917.653,52 |
| 2022 | 2.106.500,35 | 446.024,51 | 1.660.475,84 | 12.578.129,36 |
| 2023 | 2.240.731,25 | 499.876,10 | 1.740.855,15 | 14.318.984,51 |
| 2024 | 2.380.469,29 | 555.148,11 | 1.825.321,18 | 16.144.305,69 |
| 2025 | 2.525.972,06 | 611.869,76 | 1.914.102,29 | 18.058.407,99 |
| 2026 | 2.670.065,82 | 645.253,38 | 2.024.812,44 | 20.083.220,43 |
| 2027 | 2.828.865,35 | 704.616,69 | 2.124.248,66 | 22.207.469,09 |
| 2028 | 3.047.950,90 | 944.136,03 | 2.103.814,86 | 24.311.283,95 |
| 2029 | 3.237.008,47 | 1.086.726,09 | 2.150.282,38 | 26.461.566,33 |
| 2030 | 3.414.535,06 | 1.180.650,28 | 2.233.884,79 | 28.695.451,12 |
| 2031 | 3.622.031,10 | 1.356.803,30 | 2.265.227,80 | 30.960.678,92 |
| 2032 | 3.849.292,48 | 1.591.610,08 | 2.257.682,40 | 33.218.361,33 |
| 2033 | 4.029.049,02 | 1.668.600,85 | 2.360.448,18 | 35.578.809,50 |
| 2034 | 4.249.105,90 | 1.858.383,68 | 2.390.722,22 | 37.969.531,72 |
| 2035 | 4.464.338,60 | 2.025.027,99 | 2.439.310,61 | 40.408.842,33 |
| 2036 | 4.658.415,06 | 2.110.416,67 | 2.547.998,38 | 42.956.840,72 |
| 2037 | 4.851.244,87 | 2.168.880,92 | 2.682.363,95 | 45.639.204,66 |
| 2038 | 5.096.802,27 | 2.375.184,87 | 2.721.617,40 | 48.360.822,06 |
| 2039 | 5.400.159,28 | 2.765.243,01 | 2.634.916,27 | 50.995.738,33 |
| 2040 | 5.602.278,42 | 2.834.106,48 | 2.768.171,94 | 53.763.910,27 |
| 2041 | 5.858.994,12 | 3.057.216,99 | 2.801.777,13 | 56.565.687,40 |
| 2042 | 6.119.765,30 | 3.286.019,11 | 2.833.746,19 | 59.399.433,59 |
| 2043 | 6.356.242,37 | 3.426.325,92 | 2.929.916,45 | 62.329.350,04 |
| 2044 | 6.590.253,79 | 3.538.043,01 | 3.052.210,78 | 65.381.560,81 |
| 2045 | 6.842.381,78 | 3.684.537,12 | 3.157.844,67 | 68.539.405,48 |
| 2046 | 7.092.389,09 | 3.801.666,61 | 3.290.722,48 | 71.830.127,95 |
| 2047 | 6.738.225,69 | 3.987.817,18 | 2.750.408,50 | 74.580.536,46 |
| 2048 | 6.957.466,28 | 4.111.040,73 | 2.846.425,55 | 77.426.962,00 |
| 2049 | 7.193.760,62 | 4.271.101,75 | 2.922.658,88 | 80.349.620,88 |
| 2050 | 7.435.976,62 | 4.434.838,70 | 3.001.137,91 | 83.350.758,80 |
| 2051 | 7.694.813,57 | 4.637.455,40 | 3.057.358,17 | 86.408.116,97 |

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS  
**PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**Exercício de 2017

LRF, art.4º, § 2º, inciso IV, alínea “a” R$ 1,00

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Exercício | Receitas Previdenciárias | Despesas Previdenciárias | Resultado Previdenciário | Saldo Financeiro Do Exercício |
| 2052 | 7.948.029,49 | 4.809.252,04 | 3.138.777,45 | 89.546.894,42 |
| 2053 | 8.196.719,43 | 4.948.827,22 | 3.247.892,21 | 92.794.786,63 |
| 2054 | 8.475.081,90 | 5.164.624,99 | 3.310.456,91 | 96.105.243,54 |
| 2055 | 8.747.840,05 | 5.348.353,77 | 3.399.486,28 | 99.504.729,82 |
| 2056 | 9.016.147,38 | 5.498.553,37 | 3.517.594,00 | 103.022.323,82 |
| 2057 | 9.292.758,26 | 5.651.910,29 | 3.640.847,97 | 106.663.171,79 |
| 2058 | 9.589.619,90 | 5.847.206,70 | 3.742.413,20 | 110.405.584,99 |
| 2059 | 9.894.161,12 | 6.046.863,64 | 3.847.297,48 | 114.252.882,47 |
| 2060 | 10.206.610,09 | 6.250.964,92 | 3.955.645,17 | 118.208.527,64 |
| 2061 | 10.527.204,15 | 6.459.595,85 | 4.067.608,29 | 122.276.135,93 |
| 2062 | 10.843.908,95 | 6.631.905,57 | 4.212.003,38 | 126.488.139,31 |
| 2063 | 11.195.544,91 | 6.890.795,51 | 4.304.749,39 | 130.792.888,71 |
| 2064 | 11.529.572,64 | 7.071.450,59 | 4.458.122,05 | 135.251.010,76 |
| 2065 | 9.697.472,69 | 7.255.813,41 | 2.441.659,28 | 137.692.670,04 |
| 2066 | 9.866.126,01 | 7.487.231,17 | 2.378.894,84 | 140.071.564,88 |
| 2067 | 10.031.323,62 | 7.679.821,80 | 2.351.501,82 | 142.423.066,70 |
| 2068 | 10.195.192,15 | 7.920.836,55 | 2.274.355,60 | 144.697.422,30 |
| 2069 | 10.354.750,80 | 8.121.972,40 | 2.232.778,40 | 146.930.200,70 |
| 2070 | 10.512.138,18 | 8.372.941,35 | 2.139.196,83 | 149.069.397,53 |
| 2071 | 10.664.238,56 | 8.629.345,52 | 2.034.893,04 | 151.104.290,57 |
| 2072 | 10.810.413,18 | 8.891.287,91 | 1.919.125,27 | 153.023.415,84 |
| 2073 | 10.949.978,88 | 9.111.170,87 | 1.838.808,01 | 154.862.223,85 |
| 2074 | 11.085.067,40 | 9.335.467,86 | 1.749.599,53 | 156.611.823,38 |
| 2075 | 11.215.150,04 | 9.564.259,38 | 1.650.890,66 | 158.262.714,04 |
| 2076 | 11.339.661,65 | 9.847.361,46 | 1.492.300,19 | 159.755.014,23 |
| 2077 | 11.455.014,25 | 10.086.085,37 | 1.368.928,87 | 161.123.943,10 |
| 2078 | 11.563.325,97 | 10.329.563,47 | 1.233.762,49 | 162.357.705,60 |
| 2079 | 11.663.894,17 | 10.577.882,09 | 1.086.012,08 | 163.443.717,67 |
| 2080 | 11.755.968,94 | 10.883.707,33 | 872.261,61 | 164.315.979,28 |
| 2081 | 11.835.595,48 | 11.196.022,41 | 639.573,07 | 164.955.552,35 |
| 2082 | 11.901.642,77 | 11.514.949,10 | 386.693,67 | 165.342.246,02 |
| 2083 | 11.952.904,73 | 11.730.976,04 | 221.928,69 | 165.564.174,72 |
| 2084 | 11.994.673,63 | 12.006.379,88 | -11.706,25 | 165.552.468,46 |
| 2085 | 12.022.822,78 | 12.287.195,77 | -264.372,99 | 165.288.095,47 |
| 2086 | 12.036.215,85 | 12.630.673,62 | -594.457,77 | 164.693.637,70 |
| 2087 | 12.030.213,40 | 12.923.408,05 | -893.194,65 | 163.800.443,05 |
| 2088 | 11.187.699,84 | 13.221.863,44 | -2.034.163,60 | 161.766.279,45 |
| 2089 | 11.106.322,30 | 13.526.142,59 | -2.419.820,29 | 159.346.459,15 |

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS

**DEMONSTRATIVO DA ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE  
ATIVOS**

EXERCÍCIO DE 2017  
LRF, art.4º, §2º, inciso III R$ 1,00

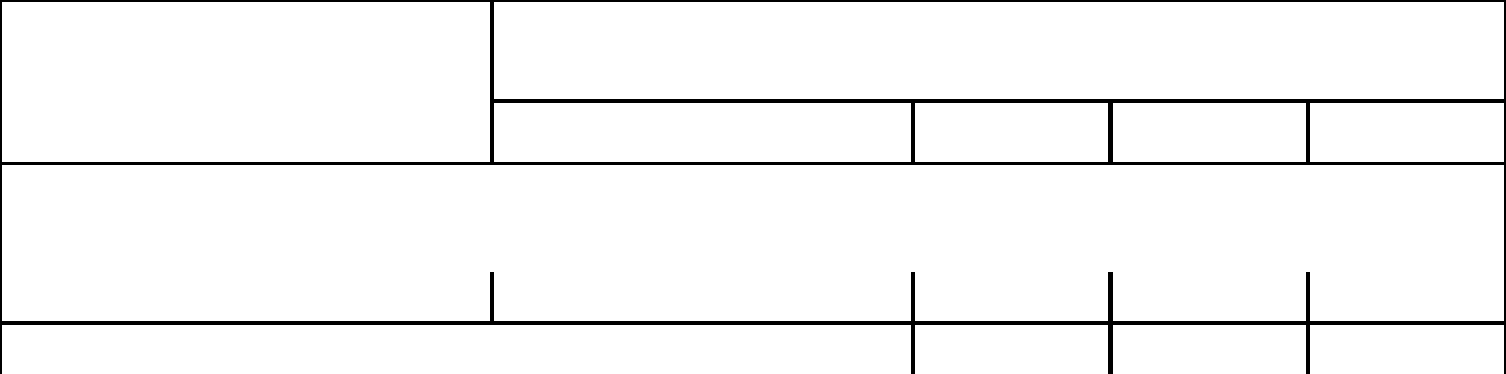
|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| RECEITAS REALIZADAS | 2015 | 2014 | 2013 |
| SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2013 | - | - | - |
| RECEITAS DE CAPITAL | 41.395,28 | - | - |
| ALIENAÇÃO DE ATIVOS | 41.395,28 | - | - |
| Alienação de Bens Móveis | 39.260,00 | - | - |
| Alienação de Bens Imóveis | - | - | - |
| Rendimento de Aplicações Financeira de Alienação de Bens | 2.135,28 | - | - |
| **TOTAL** | **41.395,28** | **0,00** | **0,00** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| DESPESAS LIQUIDADAS | 2015 | 2014 | 2013 |
| APLICAÇÃO RECUR. DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS | - | - | - |
| DESPESAS DE CAPITAL | - | - | - |
| Investimentos | 34.933,17 | - | - |
| Inversões Financeiras | - | - | - |
| Amortização da Dívida | - | - | - |
| DESPESAS CORRENTES REGIMES DE PREVID. | - | - | - |
| Regime Geral de Previdência Social | - | - | - |
| Regime Próprio dos Servidores Públicos | - | - | - |
| **TOTAL** | **34.933,17** | **-** | **-** |
| **SALDO FINANCEIRO** | **6.462,11** | **0,00** | **0,00** |

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**EXERCÍCIO DE 2017

LRF, art. 4°, § 2°, inciso V R$ 1,00

Compensação



-

-

-

TOTAL

2019

Setores/Programas/  
Beneficiário

Tributo/Contribuição

Renúncia de receita

2018

2017

**Não há previsão de renúncia de receita**

- - -

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO I - METAS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**EXERCÍCIO DE 2017

LRF, art. 4°, § 2°, inciso V R$ 1,00

|  |  |
| --- | --- |
| EVENTO | Valor previsto p/ 2017 |
| **Aumento Permanente da Receita** | **554.814,25** |
| Decorrente de Receitas Tributárias | 30.914,25 |
| Decorrente de Transferências Correntes | 523.900,00 |
| **(-) Transferências ao FUNDEB** | **(82.776,20)** |
| **Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)** | **472.038,05** |
| Redução Permanente de Despesa (II) | - |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | **472.038,05** |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) |  |
| **Impacto de Novas DOCC** | **211.710,01** |
| Relativas a Pessoal e Encargos Sociais | 465.830,01 |
| Relativas a Outras Despesas Correntes | (254.120,00) |
| **Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)** | **260.328,05** |

Comentários:

A demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento. Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo desta forma a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Nesse sentido, o aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º do art 17 da LRF).

Assim, a presente estimativa considerou como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os possíveis efeitos dos esforços do Município na implementação de medidas para o incremento das receitas próprias.

Desse modo, para estimar o aumento de receita, considerou-se o aumento resultante da variação real do Produto Interno Bruto – PIB para o período em pauta, o esforço na arrecadação tributária e o crescimento real das receitas transferidas nos índices evidenciados **na Tabela 01**.

Como aumento das despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2017, foi considerado a correção real dos vencimentos dos servidores públicos municipais, e os efeitos do crescimento vegetativo da folha salarial, bem como o resultado do incremento nas demais despesas de custeio decorrentes do aumento da atividade governamental.

Caso necessário, a **Margem Líquida de Expansão** será utilizada pelo Poder Executivo como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado em 2017, observado o disposto nos art. 16 e 17 da LDO.

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO II - RISCOS FISCAIS  
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**EXERCÍCIO DE 2017

LRF, art 4º, § 3º R$ 1,00

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| RISCOS FISCAIS | | PROVIDÊNCIAS | |
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Não há riscos identificados | - | Reserva de contingência | 30.000,00 |
| TOTAL | - | TOTAL | 30.000,00 |

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2017  
ANEXO III  
METAS PRIORITÁRIAS**

**Programa: 0001 – Ação Legislativa**

**Objetivo:** Proporcionar as condições necessárias para o legislativo desempenhar suas funções.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades legislativas  (Atividade mantida) | Atividade | 1  252.500,00 |

**Programa: 0021 – Administração Governamental**

**Objetivo:** Proporcionar as condições necessárias para a manutenção e o desenvolvimentos das atividades dos órgãos que compõem a administração municipal.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades do Gabinete da Prefeita  (Atividade mantida) | Atividade | 1  160.000,00 |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades do Dpto Jurídico  (Atividade mantida) | Atividade | 1  132.000,00 |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades da Sec. da Administração  (Atividade mantida) | Atividade | 1  420.000,00 |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades da Sec. da Fazenda e Planejamento  (Atividade mantida) | Atividade | 1  540.000,00 |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades da Sec. de Obras e Viação  (Atividade mantida) | Atividade | 1  82.000,00 |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades da Sec. do Turismo, Ind. e Comércio  (Atividade mantida) | Atividade | 1  10.000,00 |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades dos Conselhos Municipais  (Atividade mantida) | Atividade | 1  3.000,00 |

**Programa: 0024 – Controle Interno**

**Objetivo:** Proporcionar as condições necessárias para a manutenção e o desenvolvimentos das atividades de controle interno.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades de Controle Interno  (Atividade mantida) | Atividade | 1  48.000,00 |

**Programa: 0027 – Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos Objetivo:** Melhorar a qualidade dos serviços prestados à sociedade.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Promoção de seminários, cursos e treinamentos  (Servidor treinado) | Servidor | 140  26.000,00 |

**Programa: 0029 – Defesa e Assistência à População Atingida por Calamidades**

**Objetivo:** Manter e desenvolver atividades da Defesa Civil, promovendo assistência à população atingida por eventos imprevisíveis.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e Desenvolvimento das Atividades da Defesa Civil  (Atividade mantida) | Atividade | 1  5.000,00 |

**Programa: 0030 – Eventos Oficiais do Município**

**Objetivo:** Comemorar datas históricas, bem como homenagear e recepcionar pessoas notórias.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Promoção de eventos oficiais  (Evento realizado) | Evento | 2  2.000,00 |

**Programa: 0040 – Amparo Assistencial ao Idoso**

**Objetivo:** Melhorar a qualidade de vida do idoso, promover a convivência social, a valorização e a integração com a família e a comunidade.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento de atividades assistenciais ao idoso  (Atividade mantida) | Atividade | 1  10.000,00 |

**Programa: 0042 – Amparo Assistencial à Criança e ao Adolescente**

**Objetivo:** Assistir crianças e adolescentes destituídos de amparo familiar em decorrência de pobreza, negligência e outros fatores.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades do Conselho Tutelar  (Atividade mantida) | Atividade | 1  75.000,00 |

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2017  
ANEXO III  
METAS PRIORITÁRIAS**

**Programa: 0043 – Erradicação do Trabalho Infantil**

**Objetivo:** Criar condições para que as crianças não abandonem a escola para ingressarem no mercado de trabalho.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das ativ. de prevenção ao trabalho infantil  (Atividade mantida) | Atividade | 1  2.000,00 |

**Programa: 0046 – Assistência Social Geral**

**Objetivo:** Amparar e proteger as pessoas, individual ou coletivamente, em especial a população de baixa renda, através do serviço de assistência social.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Atendimento de assistência social à população |  | 1 |
| (Atividade mantida) | Atividade | 250.000,00 |
| Promoção de encontros, reuniões e palestras | Atividade | 3 |
| (Atividade mantida) |  | 4.000,00 |
| Atendimento de assistência social à mulher | Atividade | 1 |
| (Atividade mantida) |  | 4.000,00 |

**Programa: 0063 – Saúde da Mulher**

**Objetivo:** Promover ações de saúde específicas para a mulher

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Assistência de saúde à mulher  (Atividade mantida) | Atividade | 1  3.000,00 |

**Programa: 0064 – Saúde do Idoso**

**Objetivo:** Promover ações de saúde específicas para a população idosa.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Assistência de saúde ao idoso  (Atividade mantida) | Atividade | 1  3.000,00 |

**Programa: 0067 – Atendimento Ambulatorial, Hospitalar e de Saúde em Geral**

**Objetivo:** Oferecer a população atendimento nas mais variadas áreas da saúde, inclusive atendimento 24 horas, visando a prevenção e cura de doenças.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Assistência ambulatorial, hospitalar e de saúde em geral  (Atividade mantida) | Atividade | 1  2.480.000,00 |

**Programa: 0069 – Assistência Farmacêutica**

**Objetivo:** Oferecer o tratamento para as doenças, através da distribuição de medicamentos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Distribuição de medicamentos à população  (Medicamentos distribuídos – Atividade mantida) | Atividade | 1  150.000,00 |

**Programa: 0071 – Prevenção e Controle de Doenças**

**Objetivo:** Desenvolver campanhas e ações direcionadas à prevenção e controle de doenças.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Monitoramento da qualidade da água |  | 13 |
| (Poços monitorados) | Poços | 10.000,00 |
| Campanhas de Vacinação |  | 4 |
| (Campanhas realizadas) | Campanha | 2.000,00 |
| Controle de Zoonoses e Pragas | Atividade | 1 |
| (Atividade mantida) |  | 15.000,00 |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades de vigilância sanitária |  | 1 |
| (Atividade mantida) | Atividade | 35.000,00 |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades de vigilância epidemiológica | Atividade | 1 |
| (Atividade mantida) |  | 15.000,00 |
| Implantação e manutenção de Programa de Combate as Drogas |  | 1 |
| (Atividade instituída e mantida) | Atividade | 1.500,00 |

**Programa: 0080 – Educação de Criança de 0 a 6 anos**

**Objetivo:** Oferecer serviço educacional para as crianças e prepará-las para o ingresso no ensino fundamental.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades de educação infantil  (Alunos atendidos) | Alunos | 180  1.550.000,00 |

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2017  
ANEXO III  
METAS PRIORITÁRIAS**

**Programa: 0082 – Ensino Fundamental**

**Objetivo:** Oferecer serviço educacional para as crianças e prepará-las para o ingresso no ensino médio.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades do ensino fundamental (inclusive na modalidade EJA)  (Alunos atendidos) | Alunos | 180  1.100.000,00 |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades do PEISC  (Alunos atendidos) | Alunos | 170  190.000,00 |
| Construção e mobília de Escola de Ensino Fundamental na sede do Município  (Escola construída) | Escola | 1  40.000,00 |

**Programa: 0086** —**– Transporte Escolar**

**Objetivo:** Facilitar o acesso dos alunos às instituições de ensino, evitando a evasão escolar.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Transporte escolar do ensino educação infantil |  | 40 |
| (Alunos transportados) | Alunos | 40.000,00 |
| Transporte escolar do ensino fundamental |  | 280 |
| (Alunos transportados) | Alunos | 260.000,00 |
| Transporte escolar do ensino médio, no município |  | 25 |
| (Alunos transportados) | Alunos | 40.000,00 |

**Programa: 0088** —**– Assistência a Estudantes**

**Objetivo:** Estimular a população a cursar o ensino médio profissionalizante e facilitar o acesso dos alunos a essas instituições de ensino.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Bolsas de estudos para estudantes do ensino médio técnico  (Bolsas concedidas) | Bolsas | 2  1.500,00 |
| Transporte para estudantes do ensino médio, intermunicipal  (Alunos transportados) | Alunos | 5  7.000,00 |

**Programa: 0089 – Alimentação Escolar**

**Objetivo:** Oferecer aos alunos municipais refeições nas escolas que atendam, complementarmente, as demandas nutritivas das crianças.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Alimentação escolar da educação infantil  (Refeições servidas) | Refeições | 158400  130.000,00 |
| Alimentação escolar do ensino fundamental  (Refeições servidas) | Refeições | 144000  190.000,00 |

**Programa: 0090 – Assistência a Estudantes do Ensino Superior**

**Objetivo:** Estimular a população a cursar o ensino superior e facilitar o acesso dos alunos a essas instituições de ensino.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Bolsas de estudos para estudantes do ensino superior  (Bolsas concedidas) | Bolsas | 2  1.500,00 |
| Transporte para estudantes do ensino superior  (Alunos transportados) | Alunos | 60  100.000,00 |

**Programa: 0092 – Educação do Portador de Deficiência**

**Objetivo:** Promover a inclusão na escola e na sociedade das crianças e jovens com necessidades especiais.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Apoio à crianças e jovens com necessidades especiais  (Atividade mantida) | Atividade | 1  55.000,00 |

**Programa: 0100 – Museus, Bibliotecas, Teatros e Centros de Cultura**

Inventariar, preservar, recuperar e manter o patrimônio histórico, cultural, artístico e paisagístico, bem como, manter e criar espaços apropriados para desenvolvimento de atividades culturais.

**Objetivo:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades da Biblioteca Municipal  (Atividade mantida) | Atividade | 1  35.000,00 |
| Construção do Centro Municipal de Eventos  (Centro de eventos construído) | Etapa | 1  30.000,00 |

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2017  
ANEXO III  
METAS PRIORITÁRIAS**

**Programa: 0101 – Apoio e Incentivo às Artes**

**Objetivo:** Promover o acesso da população aos serviços culturais e difundir a produção cultural.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Formação e manutenção de grupos de corais | Atividade | 1 |
| (Corais formados e mantidos) |  | 10.000,00 |
| Formação e manutenção de grupos de dança |  | 3 |
| (Grupos de dança formados e mantidos) | Atividade | 40.000,00 |
| Promoção de eventos culturais |  | 10 |
| (Eventos promovidos) | Eventos | 30.000,00 |
| Formação e manutenção da Banda Municipal |  | 1 |
| (Banda formada e mantida) | Atividade | 25.000,00 |
| Realização da Festas de Kerb nas Comunidades | Evento | 5 |
| (Eventos realizado) |  | 15.000,00 |

**Programa: 0110 – Vias, Logradouros e Estradas**

**Objetivo:** Oferecer vias, logradouros e estradas em boas condições de trafegabilidade.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção de pontes e pontilhões |  | 15 |
| (Pontes mantidas) | Pontes | 100.000,00 |
| Manutenção e abertura de ruas, avenidas e estradas | Km | 90 |
| (Vias mantidas) |  | 320.000,00 |
| Manutenção e conservação do passeio público | m2 | 12500 |
| (Passeio público mantido) |  | 6.000,00 |
| Pavimentação de Ruas e Avenidas | m2 | 3500 |
| (Ruas e avenidas pavimentadas) |  | 650.000,00 |
| Construção de passeios públicos | m2 | 1000 |
| (Passeio público construído) |  | 50.000,00 |
| Construção de bueiros, pontes e pontilhões |  | 1 |
| (Ponte ou bueiro construído) | un | 50.000,00 |

**Programa: 0112 – Serviços Urbanos**

**Objetivo:** Manter e melhorar os serviços de limpeza de ruas e áreas públicas, bem como, manter e melhorar a coleta e destino de resíduos sólidos urbanos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção do Dpto Obras e Viação  (Atividade mantida) | Atividade | 1  600.000,00 |

**Programa: 0113 – Serviços Funerários**

**Objetivo:** Oferecer local para sepultamento de cadáveres.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção do Cemitério Municipal  (Cemitério implantado e mantido) | Atividade | 1  3.000,00 |

**Programa: 0114 – Iluminação Pública**

**Objetivo:** Proporcionar condições adequadas de tráfego de veículos e pedestres a noite, além de contribuir para a segurança da população.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e otimização da rede de iluminação pública  (Atividade mantida) | Atividade | 1  250.000,00 |

**Programa: 0115 – Parques e Jardins**

**Objetivo:** Embelezar a cidade e oferecer locais para lazer da população.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e arborização de praças, canteiros e jardins  (Atividade mantida) | Atividade | 1  30.000,00 |

**Programa: 0116 - Dragagem e Limpeza de Galerias Pluviais e Cursos D'água Objetivo:** Evitar inundações e embelezar o centro da cidade.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Limpeza e urbanização de cursos d'água e galerias pluviais  (Atividade mantida) | Atividade | 1  10.000,00 |

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2017  
ANEXO III  
METAS PRIORITÁRIAS**

**Programa: 0118 – Melhoria de Condições de Habitações**

**Objetivo:** Proporcionar condições dignas de moradia para famílias de baixa renda.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Ampliação e reforma de habitações  (Casas reformadas ou ampliadas) | Casas | 2  5.000,00 |

**Programa: 0119 – Saneamento Básico**

**Objetivo:** Promover a melhoria das condições sanitárias.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e conservação da rede de abastecimento de água | Atividade | 1 |
| (Atividade mantida) |  | 350.000,00 |
| Manutenção e conservação da rede de esgoto |  | 1 |
| (Atividade mantida) | Atividade | 40.000,00 |
| Coleta, triagem e disposição de resíduos sólidos(Manejo de resíduos sólidos) |  | 1 |
| (Atividade mantida) | Atividade | 280.000,00 |
| Instituição e manutenção de coleta seletiva de resíduos sólidos | Atividade | 1 |
| (Atividade implantada e mantida) |  | 8.000,00 |

**Programa: 0125** —**– Serviços de Trânsito**

**Objetivo:** Proporcionar um sistema de trânsito organizado e seguro.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Instalação e manutenção da sinalização de trânsito |  | 1 |
| (Atividade mantida) | Atividade | 8.000,00 |
| Manutenção das atividade do Departamento de Trânsito |  | 1 |
| (Atividade implantada e mantida) | Atividade | 6.000,00 |
| Manutenção e conservação de paradas de ônibus |  | 23 |
| (Paradas mantidas) | Paradas | 4.000,00 |
| Construção de paradas de ônibus | Paradas | 2 |
| (Paradas construídas) |  | 10.000,00 |

**Programa: 0131 – Mecanização Agrícola**

**Objetivo:** Facilitar e melhorar o trabalho na agricultura através do uso de máquinas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Aquisição de máquinas e implementos agrícolas  (máquias e implementos adquiridos) | un | 1  7.000,00 |
| Manutenção e desenvolvimento de serviços agrícolas  (Atividade mantida) | Atividade | 1  140.000,00 |

**Programa: 0132 – Incentivo e Amparo ao Pequeno Produtor Objetivo:** Aumentar a produção primária do município.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Drenagem e recuperação de terras e abertura de açudes e acessos  (Sub-programa mantido) | Sub-Pr. | 1  70.000,00 |
| Correção de solos  (Sub-programa mantido) | Sub-Pr. | 1  70.000,00 |
| Lavragem de terras, silagem e pulverização  (Sub-programa mantido) | Sub-Pr. | 1  24.000,00 |
| Semente de milho  (Sub-programa mantido) | Sub-Pr. | 1  7.000,00 |
| Mudas de árvores frutíferas entre outras  (Sub-programa mantido) | Sub-Pr. | 1  14.000,00 |
| Inseminação artificial para gado leiteiro  (Sub-programa mantido) | Sub-Pr. | 1  3.800,00 |
| Promoção de seminários, treinamentos e visitas técnicas p/ produtores rurais  (Atividade mantida) | Atividade | 1  4.000,00 |

**Programa: 0136** —**– Defesa Sanitária**

**Objetivo:** Combater pragas e doenças que afetam a produção pecuária.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades do setor de inspetoria veterinária e zootécnica |  | 1 |
| (Atividade mantida) | Atividade | 10.000,00 |
| Inspeção Sanitária de Origem Animal |  | 1 |
| (Atividade mantida) | Atividade | 115.000,00 |
| Vacinação contra febre aftosa, brucelose, tuberculose e raiva | % | 100% |
| (Gado vacinado) |  | 8.000,00 |

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2017  
ANEXO III  
METAS PRIORITÁRIAS**

**Programa: 0137 – Extensão e Cooperativismo Rural Objetivo:** Oferecer apoio técnico ao produtores rurais.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Assistência técnica ao produtor rural  (Atividade mantida) | Atividade | 1  28.000,00 |

**Programa: 0138 – Promoção Agropecuária**

**Objetivo:** Promover e divulgar a produção primária do município.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Promoção de feiras, seminários, treinamentos e visitas técnicas.  (Evento realizado) | Evento | 1  6.000,00 |

**Programa: 0142 – Desenvolvimento Econômico e Social**

**Objetivo:** Diversificar, fortalecer a economia e aumentar a oferta de empregos no município.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Incentivo a instalação de novas empresas, e geração de emprego e renda  (Empresas instaladas, empregos e renda gerados) | Empregos | 15  10.000,00 |

**Programa: 0150 – Promoção do Turismo**

**Objetivo:** Fomentar a atividade turística no município.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Desenvolvimento do turismo | Atividade | 1 |
| (Atividade mantida) |  | 10.000,00 |
| Realização da Schmierfest |  | 1 |
| (Evento realizado) | Evento | 200.000,00 |
| Divulgação do Município | Atividade | 1 |
| (Atividade mantida) |  | 5.000,00 |

**Programa: 0180 – Desporto Comunitário**

**Objetivo:** Viabilizar a prática de atividades desportivas.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Promoção de competições e eventos esportivos  (Evento realizado) | Evento | 20  40.000,00 |
| Manutenção de parque esportivos  (Parques mantidos) | Atividade | 1  20.000,00 |
| Ampliação e reforma na Praça de Esportes de Linha Nova Baixa  (Praça ampliada e mantida) | Un | 1  50.000,00 |

**Programa: 0181 – lazer**

**Objetivo:** Proporcionar lazer à população

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e** **Produto** | **Unidade Medida** | **1** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Instalação de academias – aparelhos de ginástica  (Academia instalada) | Academia | 1  10.000,00 |

**Programa: 0190 – Mutua colaboração na área de Segurança Pública**

**Objetivo:** Melhorar a segurança no município em conjunto com outras entidades.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e** **Produto** | **Unidade Medida** | **1** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Auxílio ao CONSEPRO de Presidente Lucena  (Auxílio concedido) | Auxílio | 1  3.000,00 |

**Programa: 1002 – Gestão da Política de Previdência do Regime Estatutário Objetivo:** Manutenção do Regime de Previdência Municipal.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e** **Produto** | **Unidade Medida** | **1** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção das atividades do sistema previdenciário municipal  (Atividade mantida) | Atividade | 1  10.000,00 |

**Programa: 1003 – Gestão da Política de Saúde**

**Objetivo:** Coordenar e supervisionar o sistema municipal de saúde.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e** **Produto** | **Unidade Medida** | **1** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades da Sec. de Saúde, Ação Social e Meio Ambiente  (Atividade mantida) | Atividade | 1  390.000,00 |

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2017  
ANEXO III  
METAS PRIORITÁRIAS**

**Programa: 1004 – Gestão da Política de Educação e Cultura**

**Objetivo:** Coordenar e supervisionar as atividades de ensino, cultura e desporto.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades da Sec. De Educação, Cultura e Desporto  (Atividade mantida) | Atividade | 1  390.000,00 |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades do Dpto da Cultura  (Atividade mantida) | Atividade | 1  4.000,00 |

**Programa: 1005 – Gestão da Política de Desportos e Lazer**

**Objetivo:** Coordenar e supervisionar as atividades de desporto e lazer.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades do Dpto de Desporto  (Atividade mantida) | Atividade | 1  70.300,00 |

**Programa: 1006** —**– Gestão da Política de Desenvolvimento Urbano Objetivo:** Promover a urbanização do município.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Regularização de áreas  (Áreas regularizadas) | Atividade | 1  5.000,00 |
| Revisão e ampliação do Plano Diretor  (Plano atualizado) | Atividade | 1  10.000,00 |
| Formação e manutenção de cadastro imobiliário  (Cadastro formado e atualizado) | Atividade | 1  10.000,00 |

**Programa: 1008 – Gestão da Política de Meio Ambiente**

**Objetivo:** Coordenar e supervisionar as políticas de conservação e controle do meio ambiente.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção do Departamento de Meio Ambiente  (Atividade mantida) | Atividade | 1  20.000,00 |
| Manutenção das atividades de licenciamento ambiental  (Atividade implantada e mantida) | Atividade | 1  20.000,00 |

**Programa: 1009 – Gestão da Política Agropecuária**

**Objetivo:** Coordenar e supervisionar as políticas agropecuárias.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e desenvolvimento das atividades da Sec. De Agricultura  (Atividade mantida) | Atividade | 1  87.000,00 |

**Programa: 1101 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis Objetivo:** Manter e conservar os prédios públicos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção do prédio da Câmara de Vereadores  (Prédio mantido) | Atividade | 1  7.000,00 |
| Manutenção dos prédios do Centro Administrativo  (Prédio mantido) | Atividade | 1  15.000,00 |
| Manutenção do prédio da Unidade de Saúde  (Prédio mantido) | Atividade | 1  12.000,00 |
| Manutenção do prédio da Academia da Saúde  (Prédio mantido) | Atividade | 1  3.000,00 |
| Manutenção de prédios escolares  (Prédios mantidos) | Atividade | 1  22.000,00 |
| Manutenção do prédio da Escola de Educação Infantil  (Prédio mantido) | Atividade | 1  14.000,00 |
| Manutenção do centro de triagem de lixo  (Prédio mantido) | Atividade | 1  3.000,00 |
| Manutenção do Pórtico  (Prédio mantido) | Atividade | 1  3.000,00 |
| Manutenção do prédio do Centro de Convivência do Idoso  (Prédio mantido) | Atividade | 1  3.000,00 |
| Manutenção do prédio Núcleo de Atividades Múltiplas e Biblioteca  (Prédio mantido) | Atividade | 1  3.000,00 |
| Manutenção do prédio do Centro de Eventos  (Prédio mantido) | Atividade | 1  8.000,00 |
| Manutenção do prédio do Ginásio Municipal de Esportes  (Prédio mantido) | Atividade | 1  20.000,00 |

**MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2017**

**ANEXO III  
METAS PRIORITÁRIAS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Manutenção das Casas Mortuárias Municipais |  |  | 1 |
|  | (Prédios mantidos) | Atividade | 5.000,00 |
| Manutenção do prédio do CRAS |  | Atividade | 1 |
|  | (Prédio mantido) |  | 4.000,00 |

**Programa: 1102 – Manutenção dos Serviços de Transporte Objetivo:** Manter e conservar os veículos da Prefeitura.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Ação e Produto** | **Unidade Medida** | **2017** |
| **Meta Física e Valor(R$1,00)** |
| Manutenção e conservação de veículos da Sec. Administração |  | 1 |
| (Veículos mantidos) | Atividade | 18.000,00 |
| Manutenção e conservação de veículos e máquinas da Sec. De Obras e Viação | Atividade | 1 |
| (Veículos e máquinas mantidos) |  | 300.000,00 |
| Manutenção e conservação de veículos da Sec. De Saúde, Ação Social e Meio Ambiente |  | 1 |
| (Veículos mantidos) | Atividade | 160.000,00 |
| Manutenção e conservação de veículos e máquinas da Sec. Da Agricultura |  | 1 |
| (Veículos mantidos) | Atividade | 120.000,00 |
| Manutenção e conservação de veículos destinados ao transporte de escolares | Atividade | 1 |
| (Veículos mantidos) |  | 70.000,00 |
| Manutenção e conservação de veículos do Conselho Tutelar | Atividade | 1 |
| (Veículos mantidos) |  | 4.000,00 |

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE LUCENA  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2017  
ANEXO IV

**RELATÓRIO SOBRE PROJETOS EM EXECUÇÃO E A EXECUTAR E DESPESAS COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| (Art. 45 da LRF) IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS | Data Início Execução | Valor Do Projeto | EXECUÇÃO % | | | RECURSOS PRIORIZADOS P/2017 | | |
| Até Exerc. Anterior | Previsto P/ Exerc. 2016 | A Executar Em 2017 | Projetos Em Execução | Conserv. Patrimônio | Novos Projetos |
| Manutenção permanente dos prédios públicos | - | - | - | - |  | -  - | R$ 122.000,00 | - |
| Manutenção permanente dos veículos e máquinas | - | - | - | - | - | - | R$ 672.000,00 | - |
| Manutenção permanente de outros bens móveis |  | -  - | - | - | - | - | R$ 45.000,00 | - |
| Construção de Escola de Ensino Fundamental na sede | 2014 | R$ 1.117.919,94 | 92,01% | 4,41% | 3,58% | R$ 40.000,00 | - | - |
| Pavimentação de estradas e ruas | 2017 | R$ 650.000,00 | -- | -- | 100,00% | - - | -- | R$ 650.000,00 |
| Construção de bueiro/ponte | 2017 | R$ 50.000,00 | - | - | 100,00% | - | - | R$ 50.000,00 |
| Construção de passeio público | 2017 | R$ 50.000,00 | - | - | 100,00% | - | - | R$ 50.000,00 |
| Construção de paradas de ônibus | 2017 | R$ 10.000,00 | - | - | 100,00% | - | - | R$ 10.000,00 |
| Instalação de academias – aparelhos de ginástica | 2017 | R$ 10.000,00 | - | - | 100,00% | - | - | R$ 10.000,00 |
| Ampliação e reforma de praças de esportes | 2017 | R$ 50.000,00 | - | - | 100,00% | - | - | R$ 50.000,00 |
| Construção do Centro de Eventos (etapa sanitários) | 2017 | R$ 30.000,00 | - | - | 100,00% | - |  | R$ 30.000,00 |